

1º Simpósio Relações Étnico-raciais

avanços e desafios da educação rondoniense

Eixos

- ✓ Políticas afirmativas;
- ✓ Enfrentamento à violência contra as mulheres;
- ✓ Diversidades em uma perspectiva humanitária;
- ✓ Mundo do trabalho e a importância das políticas públicas para a juventude;
- ✓ Masculinidades em debate – Campanha Laço Branco.



Etapas Regionais
07 A 21 DE MARÇO



Etapa Estadual
20 DE ABRIL

SINTEPRO

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Filiado a **CNE CUT**



**SECRETARIA DE
GÊNERO E ETNIA**

Relatório 1º Simpósio Étnico-Racial Avanços e Desafios da Educação Rondoniense

Em conjunto com o Sistema Diretivo a secretaria de Gênero e Etnia, planejou e consolidou a realização do 1º Simpósio de Relações Étnico-Racial com o Tema: Avanços e Desafios da Educação Rondoniense. Em conjunto a secretaria de Gênero e Etnia, secretaria de Formação Sindical, Secretaria de Assuntos Educacionais e secretaria de Assuntos Municipais formataram uma rodada de discursões envolvendo a comunidade escolar nos municípios do estado. Foram 11 etapas regionais e uma etapa estadual, envolvendo a sociedade civil organizada, alunos, professores sendo o total de 834 participantes e 14 palestrantes.

Tendo como objetivo principal proporcionar diálogo no campo democrático confrontando os problemas históricos e normalizada pela sociedade brasileira, temas como: Políticas afirmativas, Enfretamento à Violência contra as mulheres, Diversidades em uma perspectiva humanitária, Mundo do trabalho importância das políticas públicas para a juventude e Masculinidade em Debate. As palestras provocam reflexões interseccionais a respeito de raça, gênero e classe dentro de uma análise de conjuntura Nacional e Estadual. Foram apresentados os desafios que ainda persistem para a sociedade brasileira, com foco no contexto rondoniense, na superação de estruturas sociais que promovem as injustiças historicamente impostas a negros e negras, mulheres e todas/os que fogem ao padrão heteronormativo de branquitude e também patriarcal. Promovendo discussões contribuindo assim com a conscientização e promoção de uma sociedade que respeita toda a diversidade e reconhece a singularidade e as diferenças de cada um.



A fase Regional organizada em conjunto com as escolas contribuiu com a construção e ampliação de conhecimento sobre políticas públicas e leis que garantem oportunidade a todos. Esta etapa foi de suma importância para fortalecer o debate e contribuir com a elaboração de documento que

paute as deliberações do Simpósio. Aos termos de cada etapa foram realizadas as eleições por manifestações da plenária para escolha dos delegados e delegadas que participarão da etapa estadual, seguindo os critérios estabelecidos pela organização do evento.

A fase Estadual Realizado no dia 20 de abril de 2023 na Sede Social do Sintero em Porto Velho-RO, contou com a participação de trabalhadores e trabalhadoras em educação, representantes eleitos nas etapas regionais, autoridades convidadas, representantes da Defensoria Pública de Rondônia, Comunidade indígena Karipuna, Ouvidoria Pública, Conselho Estadual de Direito da Mulher - CEDM, Grupo de Consciência Negra – GRUCON/RO, Partido dos Trabalhadores PT, Central Única dos Trabalhadores CUT, Comissão de Igualdade Racial.

O 1º Simpósio de Relações Étnico-Raciais ocorreu em um momento importante para a comunidade escolar, pois é de extrema importância que esses jovens saibam dos seus direitos. Conhecer os direitos individuais e coletivos proporciona aos jovens uma compreensão mais profunda de sua posição na sociedade e fortalece sua capacidade de tomar decisões sob controle e responsabilidade em várias esferas da vida. Conhecer seus direitos dá aos jovens uma sensação de empoderamento e autodeterminação. Isso lhes permite entender que têm voz e vez e que podem lutar por seus interesses e necessidades.



O evento teve início com as boas vindas da Secretária de Gênero e etnia Rosenilda Ferreira, e chamamento das autoridades à mesa, Sendo elas; Claudir Mata Magalhães - Secretária Executiva da CNTE, Jean Carlos - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Silvia Raskovisch - Defensora Pública de Rondônia, Vera Márcia de Sousa - Vereadora no Município de Ji-Paraná-RO, Carlos Afonso – Vereador no Município de Jaru-RO, Valdirene de Oliveira - Defensora Pública de Rondônia, e a presidenta do Sintero Lionilda Simão de Souza, que no uso da sua palavra destacou a necessidade de atitudes antiracistas e de como um evento como esse é de suma importância para a transformação de uma sociedade, destacando que a realização das etapas municipais foram

indispensáveis na construção do debate e posicionamento da sociedade Civil Organizada, enfatizando que o SINTERO continuará promovendo discussões sobre a temática racial e qualquer forma de discriminação. Na sequência todos os demais convidados tiveram a oportunidade de proferir a palavra, onde fizeram seus cumprimentos e considerações sobre a importância de eventos como este para debater e conscientizar a juventude sobre a temática abordada e reforçam que somente a educação é o único instrumento que pode mudar a realidade e também parabenizaram todos envolvidos pela organização do evento.



As palestras foram desenvolvidas com os convidados, Sandreia Costa Presidenta do Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDM) com tema Enfretamento da Violência contra Mulheres e o Racismo estrutural. Que inicia sua fala destacando a importância de estar em um espaço democrático como o Sindicato que compõem o tripe constitucional da democracia, o evento abriu um espaço para o diálogo sobre os diversos problemas existentes na sociedade e também relata sobre a importância do CEDM que ao longo dos trabalhos realizados já estão com 7 conselhos no estado de Rondônia.

As estatísticas reforçam, ano a ano, que a violência contra a mulher atravessa geografias e classes sociais. Dados revelam que somente no primeiro semestre de 2022, a cada dia, quatro mulheres foram vítimas de feminicídio. Este número é 3,2% maior que o total registrado no primeiro semestre de 2021. De acordo com os dados do Fórum de Segurança Pública, a região Norte foi a que apresentou maior crescimento com elevação de 75%. O Estado de Rondônia lidera o ranking, tendo crescimento de 225% nos casos de feminicídio. Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras. Essa diferença sobre o aumento da violência letal contra as mulheres aponta para a necessidade de compreender a violência contra as mulheres negras a partir das suas especificidades

pois, elas são mais expostas a outros fatores geradores de violência, como desigualdades socioeconômicas, conflito familiares, racismo, intolerância religiosa, entre outros.

No contexto vivenciado em nosso país temos uma realidade ainda excludente para as mulheres, seja na vida profissional ou no acesso aos estudos. A condição das mulheres em nossa sociedade não tem se alterado em termos de ampliação e garantia de direitos, em que pese a crescente busca para ampliação das políticas públicas, estas ainda são insuficientes. Nesse cenário ainda temos um crescente de violências contra as mulheres, a violência doméstica, a violência psicológica, o feminicídio e o estupro são exemplos dessas diversas violências sofridas pelas mulheres. Diante dessa realidade, o estado de Rondônia figura entre um dos estados mais violentos e perigosos para as mulheres viverem em nosso país. Dentro das estatísticas nacionais está em quarto lugar em índices de violência contra as mulheres. Em conformidade com o Atlas da Violência de 2021,



publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a taxa de homicídio a cada 100 mil mulheres do Estado é de 4,8. A Revista *Cenarium* a partir de dados recolhidos da Secretaria de Segurança Defesa e Cidadania – SESDEC aponta que os casos de feminicídio cresceram 250% no estado de Rondônia, no primeiro trimestre de 2022.

Ainda esse ano, a partir dos dados do Observatório SESDEC de Rondônia, a liderança está com a capital, que apresenta quase 30% dos registros de casos. Os municípios de Ariquemes, Alto Alegre dos Parecis, Jaru, Ouro Preto do Oeste e Pimenta Bueno apresentam o percentual de 14,3% cada um. Entretanto, ainda são escassos estudos e pesquisas que debatam essa condição das mulheres em nosso estado. A baixa participação das mulheres em espaços de poder e a ausência de políticas públicas no setor são fatores que possivelmente contribuem para essa realidade. Por um lado, estudos no campo de estudo das mulheres tem sido pioneiros na academia, no que diz respeito ao debate sobre a condição das mulheres em nossa sociedade, uma vez que estudos nessa área contribuem para que o campo acadêmico venha a colaborar com a sociedade na

ampliação dessa discussão e aponte a elaboração de políticas públicas que atendam aos interesses das mulheres na melhoria de suas condições políticas, de cidadania e sociais.

Em continuidade a palestra, explica como entender o conceito do Brasil racista e o mito da Democracia Racial. Onde afirmou que é necessário discurtir sobre a temática. Para entender um pouco mais sobre o racismo no Brasil e necessário voltar aos anos de 1500, no ato da colonização, onde tudo começou com os povos originários. Embora seja um país marcado pela diversidade étnica e cultural, o racismo ainda está enraizado em diferentes aspectos da sociedade brasileira. No contexto atual, o racismo no país se manifesta de várias maneiras, tanto de forma explícita quanto disfarçada. Um dos principais problemas é o racismo estrutural, que permeia instituições e sistemas, gerou em desigualdades socioeconômicas e oportunidades limitadas para a população negra. Os indicadores sociais, como renda, educação, acesso à saúde e empregabilidade, mostram disparidades criadas entre brancos e negros. No campo da segurança pública, há uma presença desproporcional de jovens negros nas estatísticas de violência e mortes. A discriminação racial também se faz presente no sistema judiciário, onde pessoas negras são mais propensas a serem presas e receberem penas mais duras do que brancas em casos semelhantes. O racismo também é observado nas vivências cotidianas, manifestando-se em formas de preconceito, estereótipos e discriminação racial. Incidentes de racismo verbal e agressões físicas contra indivíduos negros ainda ocorrem, muitas vezes alimentados por estereótipos negativos arraigados na sociedade.

O simpósio abordou esses assuntos para luta contra o racismo e violência contra a mulher em nosso Estado. Conscientizando os participantes, promovendo debates, protestos e propondo campanhas para combater o preconceito e exigir políticas públicas efetivas para a promoção da igualdade racial. Além disso, ações afirmativas foram integradas para tentar equilibrar as desigualdades históricas. Programas de cotas raciais em universidades e concursos públicos são exemplos de medidas adotadas para promover a inclusão e a representatividade da população negra. No entanto, apesar dos esforços em andamento, o combate ao racismo no Brasil ainda é um desafio constante. É necessário um trabalho contínuo e conjunto, da sociedade, governo, instituições para combater as raízes profundas do racismo, promover a igualdade de oportunidades e garantir que todos os cidadãos sejam tratados com justiça independentemente de sua etnia.



A Professora de Educação Indígena, Yap Verônica Oro Mon abordou sobre Diversidades em uma perspectiva humanitária. Explicou sobre o preconceito com os povos indígenas e compartilhou sobre suas experiências e discriminações vividas. E questiona do porque a sociedade indígenas não podem se desenvolver? Sendo que hoje eles estão nas cidades, ocupando lugares nas empresas, universidades, entre outras, sem esquecer suas origens. Os povos indígenas no Brasil têm uma história rica e diversa, sendo parte integrante da cultura e da identidade do país, hoje são mais de 300 etnias indígenas, com linguagem, tradições e modo de vida próprios. Entre as etnias mais presentes em Rondônia estão os Cinta Larga, Suruí, Gavião, Karipuna, Uru-eu-wau-wau, entre outros. Assim como em outras partes do Brasil, os povos indígenas em Rondônia enfrentam violência e exploração durante o processo de colonização. Muitas comunidades foram deslocadas de suas terras tradicionais, perdendo sua autonomia e sofrendo com a perda de suas tradições culturais. A partir da década de 1970, com a abertura da fronteira agrícola na região, ocorreu um intenso processo de ocupação de terras, desmatamento e expansão agropecuária. Isso impactou diretamente as terras indígenas em Rondônia, desenvolveu-se em conflitos territoriais e ameaças à sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. Apesar dos desafios, os povos indígenas têm buscado garantir seus direitos territoriais e a preservação de suas culturas. A demarcação e proteção das terras indígenas têm sido uma luta constante. Através do transporte e do fortalecimento de suas organizações, buscam reconhecimento e defesa de seus direitos. Além disso, projetos de sustentabilidade e desenvolvimento autônomo têm sido implementados em algumas comunidades indígenas em Rondônia. Eles buscam conciliar a preservação do ambiente natural com a geração de renda, por meio de atividades como o manejo sustentável dos recursos naturais, o turismo comunitário e a produção agroecológica. No entanto, os povos indígenas em Rondônia ainda enfrentam desafios prolongados, incluindo invasões de suas terras e desmatamento ilegal, pressão e falta de infraestrutura e serviços básicos em suas comunidades. A garantia dos direitos indígenas, a demarcação de terras e o

respeito à autodeterminação dessas comunidades são essenciais para assegurar a continuidade de suas culturas e modos de vida ancestrais em Rondônia.



A Vereadora Vera Márcia de Souza, abordou Sobre Políticas Afirmativas. A mesma fala sobre a juventude no mundo do trabalho atual. Compartilhou sobre suas experiências e dificuldades para conseguir o primeiro emprego aos seus 18 anos de idade, devido a sua etnia e classe social. O mundo do trabalho atual apresenta desafios para os jovens. A competitividade é alta, e a demanda por habilidades específicas está em constante mudança. Os jovens enfrentam a pressão de se manterem atualizados com as tecnologias emergentes e desenvolverem habilidades relevantes para o mercado de trabalho. Além disso, a alternativa econômica e a falta de oportunidades podem dificultar a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Muitas dificuldades em encontrar empregos de qualidade e estáveis, o que pode levar a uma maior taxa de desemprego entre os jovens em comparação com outras faixas etárias. Nesse contexto, a educação e a formação profissional desempenham um papel fundamental para preparar os jovens para o mundo do trabalho. É essencial que os sistemas educacionais se adaptem às demandas atuais e ofereçam aos jovens as habilidades necessárias, tanto técnicas quanto socioemocionais, para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. A educação e a formação continuada seguidas são essenciais para capacitá-los a enfrentar esses desafios e aproveitar as oportunidades disponíveis. A mesma levou todos a refletir! Onde estão as políticas públicas que contemplam as necessidades desses jovens? E os Jovens rurais, os jovens indígenas? e os jovens negros? Precisamos de ações transformadoras, políticas públicas que venham transformar de fato a vida dos nossos jovens. Exigir o cumprimento da cota do menor aprendiz, precisamos criar mecanismo de conselho municipal da juventude para ouvir quais são seus anseios, necessidades sobre suas necessidades e encaminhar para as empresas. Jovem não é o futuro ele é o agora. Precisa ser respeitado, ouvido e amparados. Porque eles darão continuidade ao projeto para uma sociedade melhor.



O Psicólogo Cristiano de Paula desenvolveu sobre o tema Masculinidade em debate. Os homens não nasceram violentos e sim foram ensinados a ser violentos. Um homem que chora que mostra suas emoções não é bem visto pela sociedade, e considerado menos homem. Nesse sentido o processo de gerenciamento emocional do masculino precisa ser todo repensado ou melhor, precisa ser pensado porque nunca antes foi falado a respeito da manutenção do emocional do masculino e essa cultura faz parte do processo de formação. Os homens são ensinados a brincar de corrida, bola, peteca, polícia e ladrão a exploração de território. Os homens não foram ensinados cuidar de deveres em uma casa, cuidar de filhos e como consequência a maioria dos homens não tem perspectivas de ter uma família. Hoje os homens estão sendo encorajados a buscar ajuda e expressar suas emoções, desafiando a antiga crença de que a vulnerabilidade é um sinal de fraqueza. Outro tema relevante é a paternidade e os envolvimento dos homens na criação dos filhos. Cada vez mais pais estão assumindo papéis ativos na educação e cuidado das crianças, abandonando a ideia de que a responsabilidade exclusiva recai sobre as mulheres. No entanto, apesar dessas mudanças positivas, ainda existem desafios a serem enfrentados. Muitos homens podem se sentir sofridos a se encaixar nos estereótipos de masculinidade tradicionais, enfrentando dificuldades para expressar suas emoções ou para se desvincular de papéis de gênero rígidos. Em resumo, a masculinidade nos dias atuais está em constante evolução, buscando se libertar de estereótipos limitantes e abraçar uma visão mais ampla e inclusiva. Essa transformação envolve a promoção de relacionamentos saudáveis, a valorização da saúde mental e a desconstrução de padrões de comportamento tóxicos.

Após as palestras a Secretária de assuntos educacionais Judite dos Santos direciona os debates onde foi abordado sobre racismo, discriminação e violência. Logo após foi aberto para perguntas e respostas. Adriano Karipuna, Marcia Moura, Luiz Fabiano, Maria Andrade e Marilete tiveram a oportunidade de esclarecer algumas dúvidas sobre temas abordados no debate.

As comunicações orais direcionada pela secretária de Assuntos Municipais Luciana Basílio, se desenvolveu da seguinte forma.

A Delegada Professora Maria das Graças de Araújo abordou sobre; Avanços e recursos da educação Rondoniense – O negro e as diversidade um debate sob a perspectiva do Marxismo. Percebemos que essa luta e uma guerra de classe. Sob a perspectiva do marxismo, a questão da diversidade, incluindo a experiência do negro, é mantida dentro do contexto das relações sociais de classe e das estruturas de poder capitalistas. O marxismo busca compreender as formas como o capitalismo explora e oprime as classes trabalhadoras, bem como as diferentes formas de opressão que surgem dessa dinâmica. Segundo o marxismo, a opressão racial é uma forma de divisão da classe trabalhadora, pois enfraquece a união e a solidariedade entre os trabalhadores, criando antagonismos entre eles. Isso beneficia a classe dominante, que pode explorar tanto a mão de obra branca quanto a negra de maneira mais eficiente. Dentro dessa análise, o marxismo propõe que a luta contra a opressão racial e a busca pela igualdade devem estar integradas à luta de classes. Para os marxistas, a emancipação dos negros e a superação do racismo só serão possíveis por meio da transformação radical da sociedade, em que as estruturas de poder capitalistas foram substituídas por uma sociedade socialista, na qual a propriedade dos meios de produção seja coletiva e seja explorada abolida.

O Estudante Luiz Fabiano da Silva Fraga abordou sobre; Políticas Públicas para a Juventude. As políticas públicas para a juventude são fundamentais para promover o desenvolvimento e o bem-estar dos jovens em uma sociedade. Investir em educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento dos jovens, garantir o acesso igualitário à educação básica, promover a formação profissional e técnica, facilitar o acesso à educação superior e incentivar a pesquisa e a inovação. Políticas que visam a inserção dos jovens no mercado de trabalho são importantes para combater a exclusão e o desemprego juvenil. Isso pode incluir programas de estágio, aprendizagem, capacitação profissional, incentivos fiscais para empresas que contratem jovens, apoio ao empreendedorismo e estímulo à criação de cooperativas e empresas sociais. É fundamental implementar políticas de saúde que abordem as necessidades específicas dos jovens. incluindo, combate ao uso de drogas e programas de prevenção de violência. Políticas públicas que promovem a participação ativa e consciente dos jovens na vida

política e cidadã são essenciais. Isso pode incluir o estímulo à participação em organizações da sociedade civil, a criação de espaços de diálogo e consulta com os jovens, o apoio à participação política e a inclusão de temas relevantes para a juventude nas agendas políticas. Oferecer oportunidades de acesso à cultura, esporte e lazer para os jovens. É importante ressaltar que as políticas públicas para a juventude devem ser desenvolvidas de forma participativa, envolvendo os próprios jovens na elaboração, implementação e avaliação dessas políticas. Dessa forma, as políticas poderão ser mais efetivas e realmente atender às necessidades e demandas dos jovens.

A dinâmica de divisão de grupos direcionada por Rosenilda Ferreira se deu para que cada grupo discutisse sobre temas abordados e apresentassem seus encaminhamentos.

Os delegados do grupo I do Iº Simpósio relações étnicas raciais, no dia 20 de abril de 2023, manifestou seus encaminhamentos conforme segue. Políticas de afirmação e Diversidade em uma perspectiva humanitária.

- Retificação dos transexuais.
 - Distribuição gratuita de Absorventes para mulheres em situação de rua e nas escolas.
 - Intersexo - Interferir na escolha do sexo da criança no nascimento fazendo cirurgia.
 - Letramento Racial.
 - Restruturação das escolas indígenas.
 - Reafirma a revogação do novo ensino médio.
 - Letramento na faculdade digital e escolas e acessibilidade para pessoa com deficiência.
 - Que a política seja acessada por indígenas, negros, mulher quilombo.
 - Concurso para Libras e interprete.
 - Garantir a permanência de cotas até a conclusão dos estudos.
 - Reafirma a volta nas escolas para debate sobre gênero e diversidade.
- Cumprir a lei 11.645 / 10.639.

Os delegados do grupo II manifestaram seus encaminhamentos conforme seguem. Enfretamento da violência contra a mulher e Masculinidade em debate.

- Criar um canal estadual de divulgação para capacitação dos dados considerando as especificidades de cada um.
- Criar um canal dentro da SEDUC para que os alunos e professores tenham essa facilidade para fazer denúncias.
- Criar grupos de fiscalizações nas famílias e na sociedade, ampliar os centros de referência para acolhimento a mulher.
- Criar onde ainda não existe um conselho da mulher e delegacia 24h.
- Criar mecanismo de transformação envolvendo os órgãos governamentais, sociedade civil organizada para atuar juntamente com a comunidade com palestras, formação orientação no sentido de transformar a realidade.

Moção de apoio a Professora Márcia Nunes Maciel (Márcia Mura)

Os delegados do I Simpósio relações étnicas raciais, no dia 20 de abril de 2023, vêm manifestar apoio a Márcia Nunes Maciel conhecida como Márcia Mura. Gostaríamos de apresentar esta moção de apoio à professora e Doutora em História Social pela USP (Universidade de São Paulo), indígena da etnia mura e pesquisadora indígena. Que expressou o desejo de retornar à sala de aula e retomar suas atividades como educadora na E.E.E.F.M. Professor Francisco Desmorest Passos, no Distrito de Nazaré do Município de Porto Velho em Rondônia. Reconhecendo a importância de profissionais dedicados e apaixonados pela educação, solicitamos o apoio de todos para que esse retorno seja viabilizado. A professora demonstrou um comprometimento exemplar ao longo de sua carreira, sempre buscando proporcionar um ambiente de aprendizagem enriquecedor para seus alunos. Seu profissionalismo, conhecimento e capacidade de se adaptar às necessidades dos alunos são características valiosas que têm impactado positivamente a vida daqueles que passaram por suas aulas. Ao expressar o desejo de voltar a ensinar, a professora Márcia Mura está demonstrando sua paixão pela profissão e o compromisso em contribuir para a formação educacional das futuras gerações. É essencial reconhecermos e promovermos esse desejo, pois o retorno dessa educadora significará um ganho significativo para a comunidade escolar. Solicitamos que as autoridades competentes, incluindo a direção da escola e os órgãos responsáveis pela contratação de

professores, considerem cuidadosamente a solicitação da professora para que ela possa assumir seu papel na formação dos alunos. Seu talento, experiência e dedicação certamente contribuirão para o crescimento e o desenvolvimento educacional dos estudantes. Também incentivamos os colegas, alunos e pais a expressarem seu apoio à professora Márcia Mura de forma individual, demonstrando o quanto valorizam sua atuação e a importância de sua presença na sala de aula. A educação é uma das bases mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade. Ao apoiarmos o retorno da professora estamos promovendo a valorização dos educadores e o fortalecimento do ensino de qualidade.

Assinamos esta moção de apoio com a promessa de que a professora Márcia Mura merece todo o suporte necessário para voltar a exercer sua profissão e continuar vivendo vidas por meio da educação.

Ao término do evento a Presidenta do SINTERO Lionilda Simão de Souza, dedicou um momento para expressar gratidão e apreço a todos envolvidos para realização do Iº Simpósio Étnico Racial. Que foi um evento que teve uma jornada incrível, repleta de discussões, contribuições e apresentações inspiradoras para conexões significativas. Nos reunimos para trocar ideias, compartilhar experiências e explorar novas possibilidades. Foi bom ver o entusiasmo e atenção demonstrado por todos os participantes. Estende os sinceros agradecimentos aos nossos palestrantes, cuja experiência e conhecimento agregaram muito ao longo deste evento. Cada palavra e ensinamento ressoaram profundamente e deixaram um impacto duradouro em todos nós, E reforça que a luta não vai parar. Que ao longo dos 34 anos o Sindicato tem



desempenhado um papel fundamental na defesa e busca dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação do Estado de Rondônia e continuará sendo a voz na busca por condições de trabalho justas e dignas.